

Intervenção proferida pelo Deputado  
Regional Jorge Costa Pereira, no  
Plenário de Abril de 2007.

Senhor Presidente

Senhoras e senhores deputados

Senhores membros do Governo

É consensual considerar a Família como o quadro natural onde começa a existência do Homem. Como escreveu Kofi Annan, é nesse quadro natural que “os seres humanos – e, em especial, as crianças – podem receber o alimento e apoio emocional, financeiro e material que são indispensáveis ao seu desenvolvimento”. Por isso, a família é o meio mais adequado para o indivíduo se promover como pessoa: é nela que cada um é aceite por aquilo que é e não por aquilo que faz.

A família é também uma estrutura fundamental e imprescindível na organização das sociedades, onde se adquirem e desenvolvem os comportamentos sociais e a integração na sociedade e, também por isso, ela é a primeira e a mais privilegiada instituição educativa.

Embora a família seja uma comunidade anterior ao Estado e, nessa medida, incorpore em si o forte peso institucional que lhe vem da sua longevidade, a verdade é que a instituição familiar tem sofrido mudanças e alterações, fruto dos tempos e do devir histórico. A família alargada, constituída por pai, mãe, filhos e avós ou outros parentes, foi progressivamente dando lugar à família nuclear, que reduz o agregado a pais e filhos. Mas até este, que era o modelo da família moderna, vem conhecendo nos últimos anos profundas alterações motivadas pelo número crescente de divórcios, pelo aumento das famílias monoparentais, pela reconstituição familiar de pais separados e consequente formação de agregados com filhos de vários casamentos.

Em simultâneo, como causa e efeito, a própria sociedade vem-se alterando profundamente e até de forma muito acelerada nos últimos anos e, muitas dessas

mudanças, atingem a vivência das famílias, confrontando esta instituição com novos desafios e novas dificuldades.

E grande parte destas radica em problemas transversais e comuns às sociedades contemporâneas e, portanto, não exclusivos dos Açores: o mundo global “impõe-nos” uma sociedade onde domina crescentemente um liberalismo impessoal, onde o capital e a finança imperam sobre o cidadão, onde o consumismo ganha formas altamente contagiosas, onde predomina o transitório e o efêmero, onde se promove o facilitismo e se condena a exigência, onde os valores e os princípios tendem a ser cada vez mais relativizados, onde a riqueza e o poder se apresentam como objectivos de vida e onde valores como a seriedade, a honestidade, o serviço aos outros, são tendencialmente vistos, em determinados meios, como coisas “fora de moda” ou de importância relativa, em função dos fins que se pretendem atingir.

Vivemos cada vez mais numa sociedade confrontada com o envelhecimento da população, o abandono dos idosos, a perda do sentido gregário, substituído por um crescente individualismo.

Simultaneamente generalizou-se a exigência de na família o casal ter de trabalhar. Por via disso, logo, desde muito novos, os filhos são lançados para fora da família, ao cuidado de outros e com eles passando mais tempo do que com os pais. Estes, por seu turno, são confrontados com uma vida profissional mais exigente e mais absorvente e o tempo que lhes resta para os filhos, é o tempo do fim do dia, o mais pobre e para o qual menos energias há.

Tudo isto, que faz a nossa vida e a vida da nossa sociedade, influi negativamente na instituição familiar e na sua estabilidade. E de tal forma assim é que, hoje, falar da infância, da juventude, dos idosos, dos seus problemas, dos seus direitos, da sua integração, e falar das formas de os combater e travar, é falar na urgência de se atacar os problemas a montante, isto é, na família e nas crescentes dificuldades e transformações por que passa no tempo presente.

Reconhecendo estes problemas e procurando despertar os povos e os governos para a necessidade de investir em programas, estratégias de desenvolvimento e medidas concretas que levem ao fortalecimento económico e social das famílias, as Nações Unidas declararam 1994 como Ano Internacional da Família.

A sua importância foi tal e o que ainda falta fazer permanece tão significativo que 2004 foi celebrado, no âmbito das Nações Unidas, como o ano do 10º Aniversário do Ano Internacional da Família, sublinhando-se, assim, novamente, a urgência e a centralidade da abordagem à temática da “Família”.

Também, desde 1993, por determinação da ONU, o dia 15 de Maio é o Dia Internacional das Famílias, destinado a promover a reflexão sobre as dificuldades da família nas sociedades do mundo inteiro e, particularmente, sobre os problemas económicos, sociais e culturais que a afectam, sem esquecer o problema do decréscimo demográfico que está a atingir sobretudo as sociedades ocidentais.

Como escreveu o Secretário-Geral das Nações Unidas, Koffi Annan “Uma estrutura familiar forte conduz ao bem-estar dos seus membros e da sociedade em geral. É no seio da família que as crianças podem aprender valores positivos que as guiarão durante o resto da vida e é também no seio da família que as pessoas podem aprender lições sobre a igualdade, a tolerância e a partilha de responsabilidades” e, por isso, exorta “os Governos, a sociedade civil e os indivíduos a continuarem a trabalhar em prol de políticas e programas que reconheçam e apoiem os contributos de cada família...” e assegurem “um ambiente susceptível de apoiar as famílias, para benefício das gerações vindouras.”

Estas comemorações e estas iniciativas, se bem que têm permitido colocar a “família” na agenda das nações e levado as famílias a tomarem mais consciência das suas capacidades de intervenção social e política, designadamente, através da criação e desenvolvimento de associações de família e de uma presença mais activa no campo da solidariedade social e, mesmo, da educação, a verdade, porém, é que na prática estamos ainda muito longe do salto necessário e continuamos a preferir a facilidade das palavras e das intenções inconsequentes que só vão satisfazendo a nossa consciência.

Já é mais que tempo dos fundamentos das decisões políticas, das orientações económicas, da organização das comunidades urbanas e rurais, da estruturação da habitação, do funcionamento do sistema de saúde, da segurança social, dos transportes, da promoção do emprego, da acessibilidade da cultura, do sucesso e eficiência do sistema educativo, já é tempo, dizia, para que os fundamentos das decisões em todas estas áreas se centrem na ajuda ao desenvolvimento das competências e responsabilidades da instituição familiar.

É que, também entre nós, ainda não se conseguiu que uma política de família seja uma realidade efectiva, coerente e integrada em todos os sectores da governação. Urge, pois, promover uma Política da Família que constitua a visão integradora, que dê coerência, unidade e um sentido à intervenção nestas áreas, que dignifique e promova a família como instituição que é fundamento da vida comunitária, que releve o papel insubstituível da família na realização do ser humano e no desenvolvimento da sociedade e que, por ela, se criem condições para que a família seja por excelência o espaço da solidariedade entre gerações.

Enquanto não se conseguir intervir a este nível, enquanto as palavras e as ideias não tiverem tradução em acções concretas, continuaremos todos a conhecer os problemas, continuaremos todos a saber onde reside a solução ou parte dela, continuaremos talvez todos a procurar lenitivos para tranquilizar a nossa consciência, mas nunca conseguiremos ultrapassar a distância que importa encurtar entre as palavras e a acção.

Que nos deixemos livremente questionar sobre o que pode cada um de nós fazer para mudar este cenário.

Em 1981, João Paulo II já postulava que “o Futuro da Humanidade passa pela Família”.

Que contributo podemos e queremos dar, especialmente nós que temos responsabilidades acrescidas, para que assim seja efectivamente?

**Jorge Costa Pereira**  
19.04.2007